

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 12/12/22

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Marcelle Lima  
Secretária da Comissão de Justiça

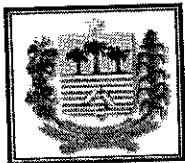
Ao Deputado

GESSI Vitor (P) (P)  
para relatar.

Em 14/12/2021

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

Arigio Henrique de Carvalho Pires  
DEPUTADO ESTADUAL



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL GESSIVALDO ISAIAS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 59/2022, ENCAMINHADO ATRAVÉS DE MENSAGEM Nº:  
87 / GG Que;**

Altera a Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar).

**Autor: Gov. Maria Regina Sousa**  
**Relator: Dep. Gessivaldo Isaías**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei nº 59/2022 de autoria do Poder Executivo, que Altera a Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar).

Em suma, o projeto a promover modificações na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Piauí, adequando a estrutura básica desta Corporação Militar à realidade operacional e administrativa, de modo a atender à crescente demanda de suas atribuições constitucionais

Contudo, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

**II – VOTO DO RELATOR**

Para tanto, apresento, de acordo com os arts. 61, 137 e 139 do regimento interno desta casa, parecer onde examinados a constitucionalidade do projeto do projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

Destaca-se que a proposição visa apresentar as alterações que irão permitir um aprimoramento dos quadros funcionais da Polícia Militar, garantindo uma acomodação da sua atual estrutura vigente. Com efeito, realizou-se o remanejamento de

algumas unidades da PMPI com a finalidade de consolidar a reestruturação ocorrida com a edição da Lei nº 7.774, de 04 de abril de 2022.

A Constituição Federal determina:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Observo que as adequações realizadas não implicam em impacto financeiro (aumento de despesas), haja vista que a estrutura criada com a Lei nº 7.774, de 04 de abril de 2022 está sendo apenas modificada, com realocações de setores desta Polícia Militar, contudo, mantendo-se na íntegra o custo efetivo de manutenção desses órgãos policiais militares conforme recentemente aprovado

Em relação a competência, o artigo 75 da Constituição Estadual dispõe:

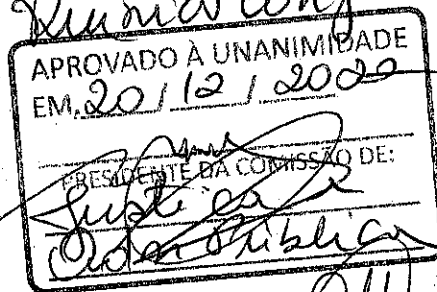
Art. 75. § 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que: II - disponham sobre: c) militares do Estado, a sua reforma, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência para a inatividade, observadas as regras gerais de previdência editadas pela União, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades;

Analizando a constitucionalidade da matéria, vê-se que está em consonância com artigo 75, § 2º da Constituição Estadual que prevê a competência do Chefe do Executivo para iniciativa da proposição, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei nesta comissão.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa da nobre Governadora, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 18 de dezembro de 2022.

Dep. Gessivaldo Isaías  
RELATOR



Acato o parecer da Comissão de  
Justiça  
Dep. Warton Boacenda